

108 continuidade dos trabalhos do GT Mineração, discutindo o Projeto de Lei que propõe a
109 criação da Agência Nacional de Mineração, sem a presença de representante do DNPM.
110 Com isso, o Dr. Marcelo sugeriu a elaboração de uma moção da Câmara Técnica em
111 repúdio ao Decreto nº 3.978. A Dra. Leila prometeu discutir o assunto com a Dra. Flavia
112 Barros e o Dr. Júlio Thadeu Kettelhut e por sua vez, sugeriu a elaboração de uma moção
113 relevando a importância da participação do DNPM nesta Câmara Técnica. O Dr. Emanuel
114 ressaltou não ter respaldo legal para participar das atividades da Câmara Técnica e seus GTs
115 e a Dra. Ilka questionou como convidar o DNPM. O Dr. Diógenes ressaltou a dificuldade de
116 participação em três GTs simultaneamente e o Dr. Roberto propôs estabelecer prioridades;
117 sugeriu então iniciar pelo GT Outorga em Reservatórios, por ser mais importante no
118 contexto atual, e manter o GT Outorga Qualidade/Quantidade como fórum de discussão. A
119 Dra. Leila propôs, para o caso do GT Mineração, a elaboração de convite para participação
120 do Ministério de Minas e Energia, representado pelo DNPM, e assim manter o Dr. Emanuel
121 como coordenador. O Dr. Emanuel voltou a lamentar a exclusão do Ministério das Minas e
122 Energia e o Dr. Marcelo solicitou constar em Ata sua consternação pela publicação do texto
123 do Decreto nº 3.978, em detrimento ao texto aprovado pelo Conselho. O Dr. Emanuel
124 opinou ser politicamente inconveniente convidar o MME. A Dra. Célia Cristina lembrou a
125 importância de se manter o convite, inclusive para ressaltar a importância da participação do
126 MME e seus órgãos. O Dr. Diógenes sugeriu a elaboração de ofício da Câmara Técnica ao
127 Diretor do DNPM solicitando a continuidade de participação dos representantes do órgão, o
128 que foi consenso. Em seguida, a Dra. Leila propôs elaboração de ofício da Câmara Técnica
129 para a Secretaria Executiva do CNRH ressaltando a importância da participação dos
130 representantes do DNPM nos trabalhos da mesma, o que também ficou consensado. A Dra.
131 Ilka salientou que o assunto mineração deverá continuar sendo tratado em cunho técnico.
132 Voltando à definição da forma de trabalho da Câmara Técnica, a Dra. Leila reforçou a ideia
133 de começar os trabalhos pelo GT Outorga em Reservatórios e solicitou consenso quanto à
134 forma de trabalho: paralela ou simultânea. O Dr. Marcelo salientou que o Grupo de
135 Trabalho é mais flexível e questionou uma possível dissolução dos GTs. Ficou consensado
136 que a Câmara Técnica voltará a se reunir somente em fevereiro de 2002, possivelmente
137 entre os dias 19 e 21 e que o GT Acumulações estará trabalhando neste período, coordenado
138 pelo Dr. Diógenes, e que os trabalhos desenvolvidos serão apresentados nesta reunião. A
139 pauta sugerida para a próxima reunião ficou composta por: eleição do novo Presidente,
140 elaboração do Plano de Trabalho 2002 e apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos GT
141 Outorga em Reservatórios. Às 13:00 horas, a Dra. Leila agradeceu a presença de todos e
142 encerrou a reunião.

143
144
145 Leila de Carvalho Gomes
146 Presidente

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo
Walter Jorge dos Santos
Relatores

57 Estaduais de Recursos Hídricos das regiões do país. O Dr. Roberto salientou as principais
58 alterações do regimento interno, no que se refere à composição do CNRH. A Dra. Rejane
59 questionou a proposta de composição das Câmaras Técnicas, elaborada pelo Grupo de
60 Trabalho do CNRH, ressaltando a inclusão dos Conselhos Estaduais da Região Sul como
61 membro da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia e não do Plano Nacional de Recursos
62 Hídricos, conforme solicitado. O Dr. Roberto fez uma breve explanação sobre a
63 metodologia adotada pelo Grupo de Trabalho do CNRH, em suas 4ª e 5ª reuniões, quando
64 foi montada a proposta de composição das Câmaras Técnicas. A Dra. Leila colocou em
65 discussão o terceiro item da pauta: a reavaliação do Plano de Trabalho 2001/2002 desta
66 Câmara Técnica. Iniciou lendo a itemização proposta na 9ª Reunião e colocou para debate a
67 forma de encaminhamento dos trabalhos. O Dr. Diógenes propôs terminar os trabalhos do
68 Grupo de Mineração, que se referem à integração de procedimentos de Outorga,
69 Licenciamento Ambiental e Recursos Minerais, para depois dar continuidade aos trabalhos
70 dos outros dois grupos. O Dr. Marcelo defendeu a continuidade dos trabalhos em paralelo e
71 questionou o Dr. Emanuel e o Dr. Lourival se o texto do Projeto de Lei que reestrutura o
72 setor minerário continua o mesmo. O Dr. Emanuel confirmou e salientou que, em um
73 Anteprojeto que se discute há cinco anos e contempla interesses diversos, é natural uma
74 grande demanda de modificações. O Dr. Marcelo lembrou que o texto do Anteprojeto de
75 Lei esteve na internet, para receber contribuições, as quais seriam consolidadas pelo
76 Ministério de Minas e Energia, para então enviar o texto ao Congresso. O Dr. Lourival
77 lembrou que o Anteprojeto de Lei ainda não foi ao Congresso e retornou da Casa Civil da
78 Presidência da República para o Ministério de Minas e Energia, para revisão. O Dr. Marcelo
79 propôs então a verificação da atualidade da versão do Anteprojeto de Lei utilizada pelo
80 Grupo de Trabalho e questionou, caso necessário, como obter o novo texto. O Dr. Emanuel
81 propôs a solicitação formal ao Ministério de Minas e Energia, feita pelo CNRH. A Dra.
82 Leila propôs o encaminhamento, à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, em
83 sua reunião do dia 11 de dezembro próximo, somente da Moção referente ao citado Projeto
84 de Lei. O Dr. Roberto lembrou que a moção remete às modificações. Foi sugerido retirar as
85 modificações e enviar a Moção com o intuito de servir como recomendação e alerta. O Dr.
86 Emanuel concordou e salientou que inclusive, não faz sentido pedir mais prazo nem
87 tampouco anexar modificações aos artigos. O Dr. Roberto salientou a importância de se
88 inserir o tema recursos hídricos no texto do Anteprojeto de Lei, o que já se conseguiria com
89 a Moção. A Dra. Ilka questionou se o novo texto do Anteprojeto de Lei será novamente
90 disponibilizado na internet. O Dr. Lourival respondeu negativamente e propôs a suspensão
91 da continuação da discussão do Anteprojeto de Lei e a elaboração de Moção. Com a
92 concordância de todos, a Dra. Leila deu por concluído o assunto e colocou em discussão a
93 manutenção da forma de trabalho da Câmara Técnica por Grupos. O Dr. Roberto
94 considerou que, em relação ao GT que trata sobre outorga em reservatórios, critérios serão
95 propostos e certamente redundarão numa norma; quanto aos outros dois Grupos (Outorga
96 Qualidade/Quantidade e Mineração) existem normas sobre os respectivos assuntos e assim
97 sendo, esses dois grupos se tornarão fóruns de discussão. O Dr. Marcelo salientou que os
98 trabalhos dos dois Grupos citados podem não resultar em resoluções entretanto, seriam
99 decisões dos Grupos de Trabalho; reforçou que a questão é discutirmos se os trabalhos dos
100 GTs correrão em paralelo ou não aos trabalhos da Câmara Técnica; defendeu o trabalho em
101 paralelo e justificou com a agilidade permitida pelo GT e a demanda reprimida causada pela
102 paralisação das atividades do CNRH. A Dra. Leila leu a composição dos GTs desta Câmara
103 Técnica, solicitou manifestação dos presentes quanto à forma de realização dos trabalhos. A
104 Dra. Rejane ressaltou que existe dificuldade de comparecimento em reuniões frequentes e
105 votou pela eleição de trabalhos prioritários para realização não simultânea. O Dr. Emanuel
106 disse que não cabe ao DNPM participar já que, em função do Decreto nº 3.978, o
107 Ministério de Minas e Energia não tem representação no CNRH. A Dra. Leila questionou a

**ATA DA 13ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE
PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**

DATA: 22/11/2001 **Início:** 9:30 hs **Término:** 13:00 hs

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério do Transportes - Representante: Maria Bebian Castanho (maria.castanho@transportes.gov.br)
ANEEL - Representante: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
Conselhos Estaduais Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva (rejanebs@zaz.com.br)
Conselhos Estaduais Região Sudeste - Representante: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

CONVIDADOS:

Célia Cristina M. Pimenta (celiacristina@terra.com.br)
Decio Michellis Jr. (rela@zaz.com.br)
Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
Ilka Maria Afonso Côrtes (derel@ibama.gov.br)
Lourival Cruz Diniz Filho (diniz@dnpm.gov.br)
Marcelo Taylor de Lima (taylor@cverd.com.br)
Marco Alexandre S. André (marco-alexandre@yahoo.com.br)
Mônica Tavares Rocha (mrocha@snirh.gov.br)
Patrícia Rejane Gomes Pereira (prejane@yahoo.com.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Walter Jorge dos Santos (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

A Dra. Leila abriu a reunião dando boas vindas a todos e solicitou a presença da Dra. Flavia Barros, com o intuito de pedir à mesma que relatasse aos presentes os últimos acontecimentos referentes ao retorno das atividades do CNRH. A Dra. Flavia discorreu sobre a reunião dos Presidentes das Câmaras Técnicas, ocorrida no dia 06 de novembro último; a publicação do Decreto nº 3.978, de 22 de outubro de 2001; a reunião do Grupo de Trabalho do CNRH, explicando também os motivos para existência de vagas nas Câmaras Técnicas. Continuou comentando os procedimentos adotados pelo Grupo de Trabalho na elaboração da proposta de preenchimento de vagas nas Câmaras Técnicas que será assunto de pauta na VI Reunião Ordinária do CNRH. O Dr. Emanuel lamentou a saída do Ministério de Minas e Energia, imposta pelo Decreto nº 3.978, de 2001, deixou claro seu repúdio e solicitou registro em Ata. Considerou que, com isto, sua instituição, o DNPM, se sente desconfortável em comparecer às reuniões. Dra. Leila considerou que espera continuar contando com a colaboração do DNPM e seu representante. Dra. Flavia salientou que a Secretaria Executiva do CNRH tem recebido correspondências cumprimentando pelo retorno das atividades do Conselho e solicitando o encaminhamento do Decreto que altera a sua composição, na forma aprovada pelo Plenário do CNRH. A Dra. Leila agradeceu a presença da Dra. Flavia Barros e, em seguida, fez a leitura da pauta da reunião. Assim sendo, foram iniciados os trabalhos para aprovação das atas da 11ª e 12ª reuniões desta Câmara e solicitou ao Dr. Diógenes que resumisse o acontecido durante a 11ª reunião, realizada em Belo Horizonte, que foi presidida, em grande parte, pelo mesmo. Após considerações feitas pelos presentes, a Ata da 11ª reunião foi aprovada, com modificações. A Ata da 12ª reunião também foi lida e aprovada com modificações. A Dra. Rejane ainda questionou como ficou, na proposta de alteração do regimento interno do CNRH, a representação dos Estados. A Dra. Leila explicou que não foi aprovada a representação individual, ou seja, continuou prevalecendo a representação dos estados por Conselhos